



Instituto Superior de Economia e Gestão
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA



MESTRADO EM ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

**TRABALHADORES TEMPORÁRIOS,
DESIGUALDADE SALARIAL E BAIXOS SALÁRIOS**

Ricardo de Sant' Ana Godinho Moreira

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Farinha Rodrigues

Setembro de 2011

Declaração

Declaro ser o autor deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Economia e Políticas Públicas, que constitui um trabalho original e inédito que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação.

Agradeço ainda a cedência dos micro dados dos Quadros de Pessoal de 2005 e 2009 pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Trabalho e Solidariedade Social, ao abrigo do contrato estabelecido com o ISEG, e declaro que todas as análises e conclusões são da minha inteira responsabilidade e não comprometem as instituições supracitadas.

Ricardo de Sant' Ana Godinho Moreira

AGRADECIMENTOS

A entrega de uma tese é normalmente o fim de um processo ou de um caminho solitário. Mas comigo não foi assim.

Sei bem, e reconheço, o esforço que muitas e muitos fizeram para que eu pudesse terminar esta tese e não pretendo que seja o fim de coisa alguma.

Nesta caminhada tive comigo o Professor Carlos Farinha Rodrigues que me ofereceu as ferramentas que me permitiram compreender muito do que eu já sentia. O seu processo de ensino só tem paralelo no entusiasmo com que ensina e hoje não tenho dúvidas que lhe baterei à porta várias vezes para, de novo, lhe pedir ajuda e saber.

Outras e outros caminharam comigo simplesmente oferecendo-me o tempo de que necessitava sem pedir nada em troca.

E, finalmente, houve quem andasse sempre comigo, lado a lado, de mãos dadas, pé ligeiro, crítica mordaz e análise certa. Mas à Leonor não agradeço, porque o que temos não se agradece, partilha-se.

Numa palavra: as graças que rendo são para todas e todos que me têm ajudado a interpretar o mundo e a mudá-lo.

RESUMO

Muito embora o trabalho temporário represente ainda uma modesta parte dos contratos dos trabalhadores por conta de outrem em Portugal, as reformas que promovem o aumento das formas atípicas e precárias de contratação dão indícios de que poderá aumentar nos próximos anos. Neste trabalho utilizámos os dados dos Quadros de Pessoal de 2005 e 2009 para comparar a evolução do ganho dos trabalhadores temporários, ao longo do período, e destes face aos trabalhadores não temporários, nomeadamente através das tradicionais medidas de desigualdade, de estatísticas de baixos salários e de comparação de ganho médio por características observáveis. Assim, verificámos que os trabalhadores temporários têm distribuições de ganho mais igualitárias que os trabalhadores não temporários porque estão mais concentrados nos escalões mais baixos e porque não estão presentes nos escalões mais elevados do ganho. Observámos também que, durante os 4 anos da análise, o seu ganho sofreu uma enorme deslocação para a aba esquerda da distribuição do ganho, resultando num aumento importante do número de trabalhadores temporários com baixos salários. Finalmente, face aos não temporários, estes trabalhadores apresentam sempre um ganho médio por característica observável inferior, pelo que concluímos que a precariedade laboral a que estão sujeitos afecta negativamente os seus rendimentos.

Palavras-chave: Trabalho temporário, desigualdade salarial, baixos salários.

ABSTRACT

Although temporary services work still represents a modest part of the Portuguese job market, the reforms that promote atypical and precarious forms of employment clearly point for its increase in coming years. In this work we used data from the workers survey of 2005 and 2009 to compare the earnings evolution of these temporary workers over the period and in relation to the non-temporary workers. We utilized the traditional measures of inequality, low pay statistics and comparison the average earnings per observable characteristics and, thus, we found that temporary workers have less unequal distributions because they are more concentrated at lower earnings levels and because they are not present in the upper levels. We have also observed that, during the four years of analysis, their earnings suffered a massive shift to the left of the distribution, resulting in an increase in the number of workers with low wages. Finally, compared to non-temporary, these workers have smaller average earnings when controlling for observable characteristics, so we conclude that the job insecurity that they are subject to adversely affects their income.

Keywords: Temporary services work, wage inequality, low wages.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. OBJECTIVO E PERGUNTA DE PARTIDA	1
1.2. SUBCONTRATAÇÃO E TRABALHO TEMPORÁRIO	3
1.3. DESIGUALDADE SALARIAL NOS PAÍSES DA OCDE E EM PORTUGAL	5
1.4. TRABALHADORES TEMPORÁRIOS E BAIXOS SALÁRIOS	7
2. METODOLOGIA E DADOS	9
3. CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES TEMPORÁRIOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	11
3.1. ANÁLISE GRÁFICA DA DESIGUALDADE	11
3.2. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE DESIGUALDADE	20
3.3. TRABALHADORES TEMPORÁRIOS E BAIXOS SALÁRIOS	23
3.4. TRABALHADORES TEMPORÁRIOS, SUAS CARACTERÍSTICAS E SEUS SALÁRIOS	25
4. CONCLUSÕES	28
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31
6. ANEXOS	35
ANEXO I	35
ANEXO II	38
ANEXO III	40
ANEXO IV	41

1. INTRODUÇÃO

Nas relações laborais têm crescido as formas consideradas atípicas de contratação, designadamente a subcontratação de trabalhadores, conhecida como trabalho temporário. Importa assim conhecer o perfil de ganho e o comportamento da desigualdade salarial destes trabalhadores, e compará-lo com o dos trabalhadores não temporários, a fim de se poderem antecipar os resultados económicos desta alteração do trabalho.

A presente investigação está organizada em quatro capítulos. No primeiro enunciamos os objectivos, a pergunta de partida e as hipóteses com que trabalhamos. No segundo capítulo expomos a metodologia e os dados que empregámos neste estudo, nomeadamente as ferramentas estatísticas que foram usadas. No terceiro capítulo realizamos uma caracterização mais aprofundada dos trabalhadores temporários, comparando-os com os não temporários, e a análise dos resultados obtidos. Finalmente, no quarto capítulo, apresentamos as conclusões.

1.1. Objectivo e pergunta de partida

De acordo com o Banco de Portugal (2010), 87% dos novos empregos criados pela economia portuguesa são precários (contratos a termo) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2010) tem alertado para esta dualidade do mercado de trabalho. Assim, as formas “atípicas” (não permanentes) de contratação tendem a tornar-se a regra.

No centro desta mudança das relações laborais e da organização do trabalho está a subcontratação de trabalhadores através de Empresas de Trabalho Temporário (ETT). Se hoje este tipo de contratos ainda ocupa uma modesta parte dos trabalhadores por conta de outrem, a indústria do trabalho temporário insiste que o seu negócio irá crescer sustentadamente nos próximos anos, apresentando-se como a solução para o problema do falso trabalho independente. A crise que vivemos poderá ter acelerado o processo de recomposição do mercado de trabalho, visto que muitos trabalhadores com contratos permanentes foram dispensados, encontrando agora maioritariamente

ofertas de emprego precário. Também o recente Memorando de Entendimento¹ contém medidas que afectam a legislação laboral no sentido de aumentar a precariedade, com a facilitação dos despedimentos, a redução das indemnizações por despedimento e a criação de um fundo para o financiamento dos despedimentos.

Os trabalhadores temporários auferem uma remuneração base horária menor² do que os trabalhadores com contratos sem termo ou a termo, mas torna-se relevante aprofundar o estudo do seu ganho, não só para compreender a realidade destes trabalhadores, mas também para fornecer dados a políticas públicas que corrijam assimetrias que possam ser consideradas indesejáveis.

Sen (1992) indica que, aquando do estudo de desigualdades, os investigadores devem clarificar o seu trabalho respondendo a duas perguntas: “Why equality?” (porquê igualdade?) e “What equality?” (que igualdade?). Estas perguntas permitem enquadrar as análises que são realizadas e dar sentido aos objectivos do trabalho.

Assim, o objectivo desta investigação é estudar o rendimento dos trabalhadores temporários, em particular as desigualdades salariais e os baixos salários, comparando as suas alterações ao longo de um período de 4 anos. As comparações são efectuadas no interior deste grupo e entre os trabalhadores temporários e não temporários, analisando em que áreas da distribuição dos rendimentos se revelam diferenças e expondo os *leitmotiv*.

Este trabalho pretende responder à seguinte pergunta de partida: Como comparam a desigualdade salarial e os baixos salários dos trabalhadores temporários com a dos não temporários?

Neste sentido, as hipóteses com que trabalharemos são as seguintes:

A desigualdade salarial nos trabalhadores temporários é semelhante à encontrada nos não temporários?

A incidência e intensidade dos baixos salários nos trabalhadores temporários são similares às dos não temporários?

A precariedade laboral a que os trabalhadores temporários estão sujeitos é um factor explicativo do nível e da sua desigualdade salarial?

¹ Memorando de Entendimento sobre as condicionalidades de política económica assinado a 17 de Maio de 2011 *in* www.min-financas.pt/inf_economica/MoU_PT.pdf (consult. 21 de Junho 2011)

² Quadros de Pessoal 2005, Colecção Estatísticas, Gabinete de Estratégia e Planeamento, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Explanamos, de seguida, o estado do conhecimento sobre trabalho temporário e suas características no mundo e em Portugal.

1.2. Subcontratação e trabalho temporário

De acordo com Thébaud-Mony e Druck (2007), a precariedade laboral é processo social constituído pela amplificação e institucionalização da instabilidade e da insegurança expressas nas novas formas de organização do trabalho e no recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da protecção social, através de inovações da legislação do trabalho e dos regimes previdenciais.

Em Portugal, onde o Estado de Bem-Estar Social apenas se concretizou após a Revolução de 1974, os processos de recomposição das relações laborais iniciaram-se em meados dos anos 80 do século passado. Assim, em apenas algumas décadas, as formas típicas de contratação foram sendo substituídas por formas consideradas atípicas – ou *nonstandard*, segundo Kalleberg (2000) -, como o trabalho em *part-time*, os contratos a prazo, o trabalho aparentemente autónomo e os contratos de cedência temporária. Para Estanque (2005), estas tendências de mudança e de precariedade laboral têm levado os portugueses a sentimentos de aceitação mas também de ressentimento.

A segmentação do mercado de trabalho, cada vez mais intrincada, criada pelas diferentes formas de contratação, tem sido estudada por diversos autores, como Amuedo-Dorantes (2000), que verificou que, em Espanha, o trabalho através de contratos a prazo é, normalmente, *non transaccional*, no sentido em que um trabalhador a termo tem poucas hipóteses de se tornar permanente, e *involuntário*, porque estes trabalhadores aspiram a um emprego permanente. O trabalho temporário cria uma nova segmentação e, logo, novas questões.

Os contratos de cedência temporária³, ou trabalho temporário, têm, de acordo com declarações da Indústria⁴, aumentado a sua expressão nos últimos anos em Portugal. No entanto, o Provedor do Trabalho Temporário, Vitalino Canas, afirma⁵ não existirem dados sobre o número de trabalhadores temporários.

³ Os contratos de cedência temporária estão regulados pelo artigo 172.º e seguintes do Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009, 12 de Fevereiro). Estes contratos são celebrados entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, que pelo qual se obriga, mediante retribuição da empresa de trabalho temporário, a prestar a sua actividade a utilizadores, mantendo-se vinculado à Empresa de Trabalho Temporário.

⁴ Marcelino Pena Costa, *in* Jornal Sol, 18 de Fevereiro 2011.

⁵ Entrevista telefónica com o autor no dia 8 de Junho de 2011.

Um conjunto significativo de autores defende que a desregulação do mercado de trabalho muda a distribuição dos resultados a favor das empresas, aumentando a competição e a oferta de emprego, reduzindo o desemprego e que, aliada a uma desregulação do mercado de bens e serviços, resulta numa melhoria dos salários reais dos trabalhadores (Blanchard e Giavazzi, 2000). Aliás, a teoria das diferenças igualizadoras, que se refere aos diferenciais salariais observáveis que são necessários para igualizar o total monetário e não monetário das vantagens e desvantagens entre os trabalhos e trabalhadores, defende que os trabalhadores, ao tentarem maximizar a sua utilidade, procuram os aspectos pecuniários e não pecuniários do seu trabalho, nomeadamente a desvantagem trazida pela insegurança no emprego (Rosen, 1986; Brown, 1980). Os diferenciais nos ordenados servem ainda, e de acordo com Ehrenberg e Smith (2006), dois fins socialmente desejáveis: primeiro, ao nível *social*, oferecem o necessário incentivo para que haja pessoas interessadas em trabalhos com maiores desvantagens; e segundo, ao nível *individual*, são uma compensação para os trabalhadores que aceitam esses trabalhos. Assim, as diferenças salariais individuais, e logo as suas distribuições, são um elemento-chave da teoria económica porque criam os incentivos comportamentais para trabalhar, poupar e para o risco do empreendedorismo (Welch, 1999).

De facto, para Booth *et al.* (2002), num mercado de trabalho competitivo, os trabalhadores sem vínculo permanente deveriam receber um ordenado maior como prémio de não usufruírem de protecção no emprego. No entanto, constataram que estes trabalhadores auferem menores salários porque têm um menor investimento no capital humano específico ou porque apresentam menores “habilidades médias”, sofrendo uma penalização salarial permanente.

Segal e Sullivan (1997) analisaram o crescimento da indústria do trabalho temporário na América do Norte e, comparando o salário e os benefícios dos trabalhadores temporários com os restantes trabalhadores, concluíram que os trabalhadores temporários têm uma penalização de cerca de 3,1%, comparando com os restantes. Ainda assim, os mesmos autores defendem que muitas empresas utilizadoras empregam o trabalho temporário para reduzirem os seus custos de avaliação dos trabalhadores que pretendem contratar de modo permanente. Estes resultados são coincidentes com os de Houseman (2001), que, para além disso, refere que as empresas utilizadoras pretendem também poupar nos custos da Segurança Social e dos seguros.

Bentolila *et al.* (1994) afirmam que a flexibilidade, ao reduzir os custos das reestruturações, deveria ter reduzido o poder dos *insiders* – trabalhadores permanentes - na negociação laboral. No entanto, do seu estudo resultou a conclusão contrária, pois a força de trabalho terá sido dividida em dois grupos, *insiders* e *outsiders* (trabalhadores não permanentes), fazendo com que os últimos tenham de suportar, sozinhos, os custos do ajustamento no mercado de emprego. Em Setembro de 2010 a OCDE identificou este dualismo no mercado de trabalho português.

Boheim e Cardoso (2007) estudaram o trabalho temporário em Portugal no período entre 1995 e 2000, e concluíram, através da análise dos dados dos Quadros de Pessoal (QP), que os trabalhadores temporários apresentam um salário 23% inferior ao dos seus pares, sendo, em média, 4 anos mais novos e apresentando níveis de qualificação mais baixos.

De acordo com os QP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), os trabalhadores temporários representavam 2,8% e 2,5% dos trabalhadores por conta de outrem em 2005⁶ e 2009⁷, respectivamente. Muito embora a sua percentagem tenha reduzido 3% face aos trabalhadores por conta de outrem, em termos absolutos o seu número aumentou 8,1%. Em ambos os anos, mais de 40% destes trabalhadores tinham entre os 25 e 34 anos, as suas habilitações médias estavam entre o ensino básico e secundário, eram profissionais semi-qualificados e cerca de 60% tinham o sexo masculino.

1.3. Desigualdade salarial nos países da OCDE e em Portugal

Para que se possa inferir acerca da desigualdade salarial em Portugal, o estudo da desigualdade salarial nos trabalhadores temporários deve ser enquadrado pelo resultado do mesmo estudo relativamente aos restantes trabalhadores não temporários (TNT) no país e em outros países cuja comparação seja relevante.

Burniaux *et al.* (1998) estudaram a distribuição do rendimento e da pobreza durante duas décadas até 1995 em 13 países da OCDE e concluíram que cada um deles demonstrava uma realidade diferente. De facto, a desigualdade e a pobreza aumentaram em quase todos os países desta análise, principalmente por diferenças no salário, que é, simultaneamente, a principal fonte de rendimento dos agregados familiares e o maior factor explicativo de ambas as variáveis. Os impostos e os

⁶ Dados retirados do documento Quadros de Pessoal 2005, Coleção Estatísticas, Gabinete de Estratégia e Planeamento, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

⁷ Dados retirados do documento Quadros de Pessoal 2009, Estatísticas em Síntese, Gabinete de Estratégia e Planeamento, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

sistemas de transferências são apontados como *buffers* da dispersão dos rendimentos no interior de cada país, mas, quando se realiza uma comparação entre países, a diferença torna-se muito significativa.

Também Atkinson (2008), num estudo sobre a distribuição dos salários desde 1980 em 19 países da OCDE, verificou que a desigualdade média dos rendimentos brutos do trabalho aumentou e esta tendência verificou-se tanto nos países que melhoraram como nos que pioraram a performance do mercado laboral. Este aumento da desigualdade parece radicar, de acordo com o autor, no topo das distribuições. Os dados indicam uma mudança considerável ao longo do período de 25 anos estudado. Para Portugal, Atkinson refere que houve uma clara separação das águas entre os mais ricos e os restantes membros da distribuição.

Cardoso (1998) analisou a desigualdade dos rendimentos do trabalho entre 1983 e 1992 e concluiu que a desigualdade dos salários em Portugal era mais alta que noutros países e que terá aumentado como em outras economias da OCDE. A parte superior da distribuição contribuiu decisivamente para desenhar o nível e a tendência da desigualdade e estas mudanças foram geradas por alterações na estrutura do emprego, dentro das actividades económicas e em benefício dos trabalhadores mais qualificados. Para a autora, os aumentos de rendimento para o nível de educação foram enormes e o ordenado mínimo contribuiu para a compressão da parte inferior da distribuição. Num outro artigo e para explicar o aumento rápido da desigualdade no mercado de trabalho neste período em Portugal, Cardoso (1999) verificou que: as modificações na política de pagamentos, relativamente à antiguidade na empresa, equilibraram as desigualdades; existiu um ligeiro aumento da desigualdade explicado pela experiência no mercado de trabalho; e houve um grande aumento da desigualdade salarial não favorável às mulheres.

Na mesma senda, o Relatório Anual do Banco de Portugal de 2008 analisou a evolução da desigualdade salarial entre 1982 e 2006, verificando um aumento ao longo do período e registando alterações em ambos os extremos da distribuição dos salários, em todos os grupos etários e de qualificações.

Rodrigues (2007), estudou a distribuição dos rendimentos nos Agregados Domésticos Privados com base nos Inquéritos aos Orçamentos Familiares e verificou que, entre 1990 e 1995, se assistiu a um agravamento da desigualdade dos rendimentos, mantendo-se, na segunda metade da década de 90, inalterada esta assimetria, que é fortemente determinada pelo aumento da desigualdade na parte superior da distribuição.

O Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do MTSS publicou em 2009 um trabalho que, usando as Estatísticas sobre a Estrutura e Distribuição dos Ganhos de 1995, 2002 e 2006 e apoiando-se na metodologia de Fields (2003) para a decomposição da desigualdade salarial nos seus factores explicativos, focou também a relação contratual e o seu peso na desigualdade. Desta investigação resultou que os trabalhadores a termo auferiam menos do que os trabalhadores permanentes e que a crescente precarização na relação laboral não foi acompanhada por um prémio compensador do risco de se perder o emprego.

Recentemente, Rodrigues *et al.* (2011), baseando-se nos dados do ICOR⁸ e dos QP de 2008, verificaram que existia uma clara concentração da população nos primeiros escalões do rendimento e uma grande dispersão nos rendimentos mais altos. Estudando a evolução recente da desigualdade em Portugal, estes autores defendem que a redução da desigualdade entre 1993-2008 resultou de alterações no primeiro vintil da população, devido ao impacto de medidas de combate à pobreza, e que o topo da distribuição saiu, no entanto, “ganhador”.

1.4. Trabalhadores temporários e baixos salários

As desigualdades salariais estão naturalmente associadas a diferenças na distribuição dos rendimentos do trabalho e, por isso, se um grupo tipicamente restrito de trabalhadores auferir um salário muito superior à média, então outros haverá que recebem salários considerados baixos.

Lucifora (1998) analisou o papel de características institucionais na distribuição dos salários, como os sindicatos, a contratação colectiva e a regulação salarial, e concluiu que a flexibilização das relações laborais e a desigualdade salarial terão um efeito mais intenso nos trabalhadores mal pagos, pouco qualificados e menos protegidos e que terão sido estes grupos a sofrer as alterações institucionais com piores salários e mais desemprego. Este autor defende que os países onde se verifica uma maior diferença nos rendimentos salariais são normalmente caracterizados por uma maior proporção de trabalhadores de baixos salários⁹ e que nos países onde existe um forte poder sindical há uma redução da dispersão salarial na aba esquerda da distribuição dos rendimentos.

Albuquerque (1999) encontrou em Portugal, à semelhança de outros estudos citados, um agravamento das desigualdades salariais entre 1986 e 1996, concluindo que

⁸ Inquérito às Condições de Vida e Rendimento do Instituto Nacional de Estatística.

⁹ Entendidos por este autor como salários inferiores a 2/3 do salário mediano.

existia uma maior prevalência de trabalhadores de baixos salários em mulheres, jovens, não qualificados, com menos que o 6º ano de escolaridade, com menos de 5 anos de antiguidade na empresa e em trabalhadores de micro e pequenas empresas. Este autor calcula que entre 1986 e 1988 os baixos salários atingiam 10% dos trabalhadores e que entre 1992 e 1994 esse valor já teria aumentado para os 13%.

São concordantes os resultados de Cardoso *et al.* (2000) no que toca às características das empresas e dos trabalhadores de baixos salários. Os autores definiram ainda os sectores de actividade destas empresas e mostraram que a área da restauração e hotelaria, a indústria da cortiça e da madeira e o comércio a retalho têm uma maior propensão para o pagamento de baixos salários.

Também Rodrigues (1999) concluiu que a proporção de trabalhadores com baixos salários em Portugal aumentou desde 1986 até 1994, registando-se depois uma ligeira redução da prevalência de baixos salários. O autor, que relembra que um trabalhador que aufera o salário mínimo é um trabalhador de baixos salários, relevou ainda a importância dos baixos salários na mobilidade social, explicando que este grupo de trabalhadores apresenta uma menor mobilidade social que os restantes.

Não foram encontrados estudos que qualificassem os trabalhadores temporários como trabalhadores de baixos salários. No entanto, este grupo possui algumas características sinalizadas como frequentes nos trabalhadores de baixos salários e realiza actividade em empresas utilizadoras também associadas a baixos salários, pelo que se torna importante seguir essa via no presente estudo.

Expomos, de seguida, a metodologia de estudo da desigualdade salarial que utilizámos nesta dissertação.

2. METODOLOGIA E DADOS

Silva *et al.* (2007) defendem que os QP, pelo seu grau de cobertura, detalhe da informação e natureza longitudinal, são uma fonte de informação importante para investigadores em economia. No entanto, os QP não contemplam os trabalhadores da Administração Pública, entidades que empregam trabalhadores rurais não permanentes e trabalhadores domésticos. Albuquerque (1999), Cardoso (1999), Rodrigues (2007, 2011) e Atkinson (2008) utilizaram os dados dos QP para estudar desigualdades salariais como se pretende no presente trabalho.

Para reunir os dados constantes dos QP, o MTSS recolhe em Novembro¹⁰, através de um questionário¹¹, dados do mês de Outubro anterior sobre as empresas, os seus estabelecimentos e os seus trabalhadores.

Porque pretendemos analisar e comparar a desigualdade salarial e os baixos salários dos trabalhadores temporários (TT) e não temporários (TNT), segregámos os trabalhadores que exercem a sua actividade em território nacional dos restantes, separámo-los em dois grupos através do seu tipo de contrato (TNT e TT) e utilizámos, como fizeram Albuquerque (1999) e Rodrigues (2011), o ganho médio mensal¹², actualizado através do Índice de Preços ao Consumidor para 2009, por se aproximar do conceito de rendimento salarial. Em todas as análises utilizámos apenas os dados dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo e com remuneração completa.

Sendo que os QP são relativos apenas ao mês de Outubro de cada ano e tendo em conta que o trabalho temporário é, por definição, volátil, pode argumentar-se que os dados tenderão a subestimar o número de trabalhadores temporários e, logo, a sua representatividade no total dos trabalhadores. No entanto, não existem dados do MTSS, do Instituto Nacional de Estatística (INE), da Indústria ou do Provedor do Trabalho Temporário que permitam conhecer o número de trabalhadores que as ETT contratam em cada mês e qual a sazonalidade, a existir, da Indústria. Assim,

¹⁰ Dados constantes do Dossier de Especificações Técnicas (Outubro/2009, Versão 1.0), Quadro de Pessoal, Gabinete de Estratégia e Planeamento, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

¹¹ Questionário enquadrado pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho e pela Portaria n.º 785/2000, de 19 de Setembro.

¹² Remuneração mensal ganho: remuneração base, prémios e subsídios regulares e remuneração por trabalho suplementar. Quadro de Pessoal, Gabinete de Estratégia e Planeamento, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

utilizaram-se os QP porque são a base de dados destes trabalhadores que existe e está disponível.

Escolhemos trabalhar com os dados dos QP tão recentes quanto possível, ou seja, os referentes ao mês de Outubro de 2009. Da mesma forma, escolhemos os dados dos QP de 2005, por considerarmos que esse intervalo de 4 anos nos permite verificar a evolução da desigualdade salarial destes trabalhadores.

Cowell (1998) avisa que “a medição da desigualdade é uma tentativa de oferecer sentido a comparações de distribuições de rendimento usando critérios que possam advir de princípios éticos, construções matemáticas apelativas ou da simples intuição”. Assim, as medidas de desigualdade que utilizámos são ferramentas que nos permitem um olhar mais criterioso e uma discussão mais informada acerca da distribuição dos rendimentos do trabalho temporário em 2005 e 2009, e destes face aos do não temporário.

Para a análise gráfica da desigualdade e para o cálculo das medidas de desigualdade tradicionais utilizámos as técnicas e estatísticas descritas por Atkinson (1970), Foster e Pen (1996), Cowell (1998, 2009), Jenkins e Van Kerm (2006) e Rodrigues (2007).

Relativamente aos baixos salários determinámos a sua prevalência e intensidade para procedermos à comparação da situação dos TT com os TNT. Assim, foi necessário definir o valor do ganho a partir do qual podemos concluir se um trabalhador auferir um baixo salário. Lucifora (1998), Rodrigues (1999), Albuquerque (1999), Cardoso *et al.* (2000) e Espejo e Pascual (2007) utilizam a tradicional definição de baixos salários, que também utilizámos no presente trabalho: baixo salário é aquele que é igual ou inferior a dois terços do rendimento mediano dos trabalhadores. É importante aferir ainda a intensidade deste indicador, pois a percentagem de trabalhadores com baixos salários não nos indica se esses trabalhadores estão ou não próximos desse limiar.

A descrição e aprofundamento destas estatísticas pode ser encontrada no anexo I do presente trabalho. Apresentamos, no capítulo seguinte, os cálculos destas mesmas medidas e a sua análise, comparando-as para os dois períodos (2005 e 2009) para os trabalhadores temporários e entre estes e os não temporários.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES TEMPORÁRIOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. Análise gráfica da desigualdade

A análise aos ganhos dos trabalhadores realizou-se sobre 2.148.507 TNT de 2005, com um ganho médio de 979,20€¹³, e sobre 2.147.657 TNT de 2009, que auferiam um ganho médio de 1038,58€. Relativamente aos TT, foram analisados os ganhos de 25.326 em 2005, que auferiam em média 724,06€, e 27.371 em 2009, com um ganho médio de 689,34€.

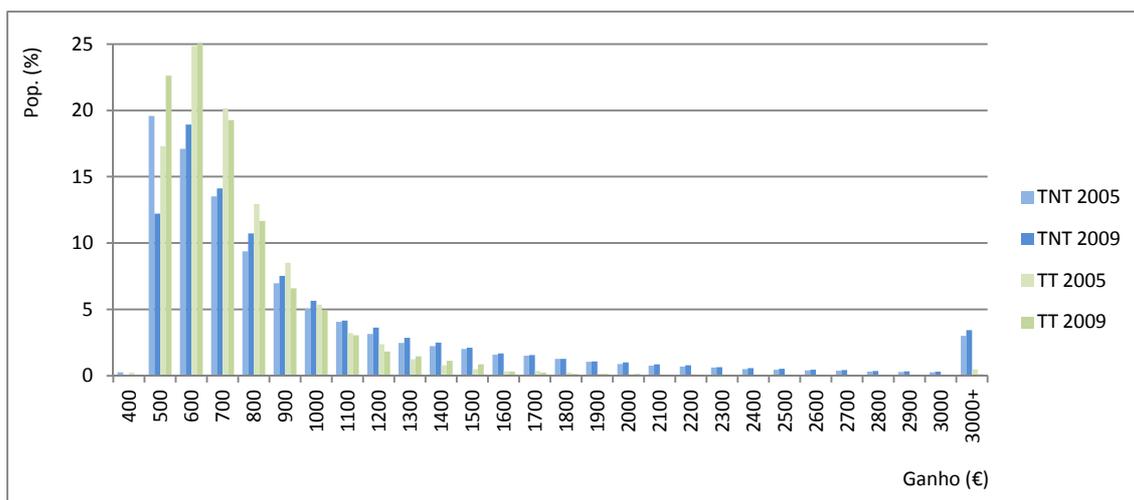


Gráfico 1: Distribuição dos TNT e TT por escalões de ganho (função densidade), 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).

Através do gráfico 1 da distribuição dos TNT de 2005 por escalões de ganho, podemos verificar que os escalões de 500€ e 600€ são aqueles onde se concentra 36,3% da população. É nos rendimentos mais baixos que se reúne a maior parte da população, com 50,5% dos trabalhadores a não ultrapassarem o escalão dos 700€ de ganho. Podemos ainda notar que 3% dos TNT auferem um ganho superior a 3.000€.

A distribuição dos TNT de 2009 por escalões de ganho está encostada à aba esquerda. A moda da distribuição encontra-se no escalão correspondente aos 600€, e observamos que 56,0% da população não ultrapassa o escalão dos 800€. No entanto,

¹³ Ganho de 2005 actualizado para valores de 2009 através do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) em todos os cálculos do presente trabalho. Fonte IPC: INE.

o escalão superior, correspondente a um ganho de mais de 3.000€, representa 3,4 % dos TNT em 2009.

Através deste gráfico podemos inferir que a tendência da concentração dos TNT nos escalões de rendimento mais baixos e a dispersão nos escalões superiores não se alterou entre 2005 e 2009. Atentando ao escalão de ganho dos 400€ observamos que a sua representatividade é diminuta tanto em 2005 como em 2009. Este facto está relacionado com a retribuição mínima mensal garantida (RMMG), que em 2005 era de 403,02€¹⁴ e em 2009 já era de 450,00€¹⁵. É de relevar que a moda da distribuição correspondia em 2005 ao escalão de ganho de 500€ e em 2009 passou para o escalão dos 600€, o que indica que houve um conjunto de trabalhadores que aumentou o seu escalão de ganho entre os dois períodos.

Da mesma forma, a distribuição dos TT de 2005 por escalões de ganho caracteriza-se por uma concentração da população nos primeiros escalões. De facto, 89,4% da população encontra-se num escalão de ganho inferior aos 1.000€. A dispersão nos rendimentos mais altos é muito acentuada e o escalão superior, que caracteriza os ganhos acima dos 3.000€, representa apenas 0,5% da população. É importante verificar que, devido ao RMMG, o segundo escalão de ganho representa 17,3% deste grupo. Verifica-se ainda que a moda desta distribuição está no escalão dos 600€, com 24,9% da população, ou seja, acima da moda dos TNT em 2005.

No mesmo gráfico, e para os TT em 2009, observamos igualmente uma compressão nos escalões de rendimento mais baixo. Também 90,1% da população não ultrapassa o escalão dos 1.000€. Os escalões mais altos do ganho representam uma parte muito reduzida dos TT. O escalão de rendimentos até aos 400€ não representa, em 2009, qualquer trabalhador, devido ao RMMG, que atingia nesse momento os 450€.

A distribuição dos TT por escalões de ganho difere do apresentado para o conjunto dos TNT. Muito embora a população se concentre, da mesma forma, na aba esquerda das quatro distribuições, no caso dos TT essa concentração é mais pronunciada e existe uma rarefacção da população nos escalões de ganho mais altos, visto que a distribuição dos TT muito rapidamente atinge a maioria da população que não chega aos escalões de ganho mais altos.

Depreende-se já que os TT auferem salários menores e têm uma menor dispersão do ganho que os TNT.

¹⁴ O valor nominal da Retribuição Mínima Mensal Garantido era em 2005 de 374,70€.

¹⁵ Fonte de dados: DGERT/MTSS.

Comparando os TNT e os TT quanto à proporção do ganho por vintil (gráfico 8, anexo II), aferimos que os primeiros vintis dos TNT concentram menores percentagens do ganho total daquela população face ao encontrado nos TT e que os vintis da aba esquerda da distribuição dos TNT reúnem uma maior percentagem do ganho do que os mesmos vintis dos TT. Isto demonstra, mais uma vez, que existe uma maior dispersão do ganho nos TNT.

Se, até aqui, realizámos a análise do perfil das distribuições do ganho dos TNT e dos TT em 2005 e 2009, cabe agora comparar os valores do ganho destas distribuições.

Em todas as análises realizadas verificou-se que a subida do RMMG de 403,03€ em 2005 para 450,00€ em 2009 teve importância na distribuição do ganho. Assim, apresentamos de seguida um gráfico da distribuição da população por escalões de RMMG.

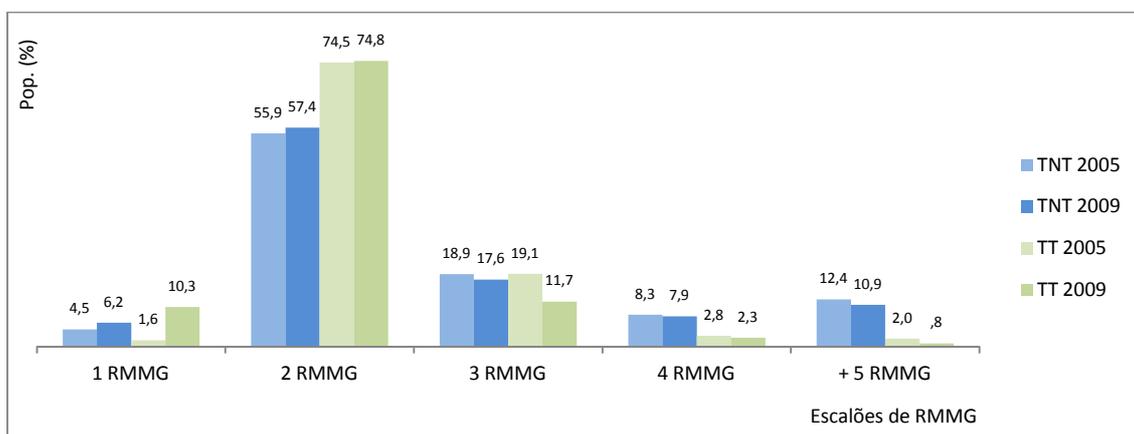


Gráfico 2: Distribuição dos TNT e TT por escalões de RMMG, 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).

Muito embora se observe que a moda do ganho para TNT e TT em ambos os períodos é superior a um e inferior a dois RMMG, verifica-se que a prevalência de trabalhadores que auferem até um RMMG é superior em 2009 para qualquer um dos grupos (gráfico 2). Ou seja, o aumento do RMMG terá feito aumentar a proporção da população que ocupa esse escalão, pois fez subir o ganho de um conjunto de trabalhadores que auferia o anterior RMMG, mas manteve um outro conjunto de trabalhadores nesse escalão. É ainda de relevar que a proporção de TT que auferem até um RMMG subiu 6,4 vezes, de 1,6% para 10,3%. Esse aumento foi menos pronunciado nos TNT, tendo subido apenas 1,4 vezes, de 4,5% para 6,3%.

Verifica-se assim que entre os dois períodos, e apenas nos TT, existiu uma erosão dos escalões mais altos de ganho e uma deslocação do ganho destes trabalhadores para a esquerda.

Para podermos observar melhor esse deslocamento exibimos de seguida um gráfico da população por decis de ganhos.

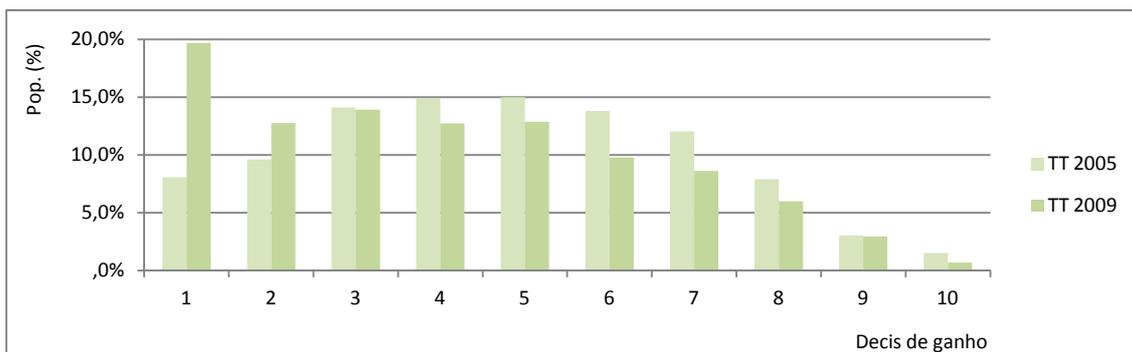


Gráfico 3: Distribuição dos TT por decil de ganho, 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).

Seria de esperar que a população se distribuisse equitativamente pelos decis de ganho, no entanto tal não se verifica no caso dos TT. De facto, é patente que, em 2005, estes tinham uma maior prevalência nos decis centrais da distribuição do ganho, mas em 2009 verifica-se uma deslocação acentuada da população para o primeiro decil. Assim, se em 2005 apenas 8,1% dos TT se encontravam no primeiro decil da distribuição do ganho, em 2009 esse valor sobe para 19,7%, observando-se, ainda, uma erosão nos decis centrais.

Para uma apreciação mais fina da distribuição de rendimentos podemos atentar ao gráfico 4 onde está representado o ganho dos TNT e TT em 2005 e 2009 por percentil da distribuição. Através deste gráfico observamos o seu perfil de ganho nestes dois momentos.

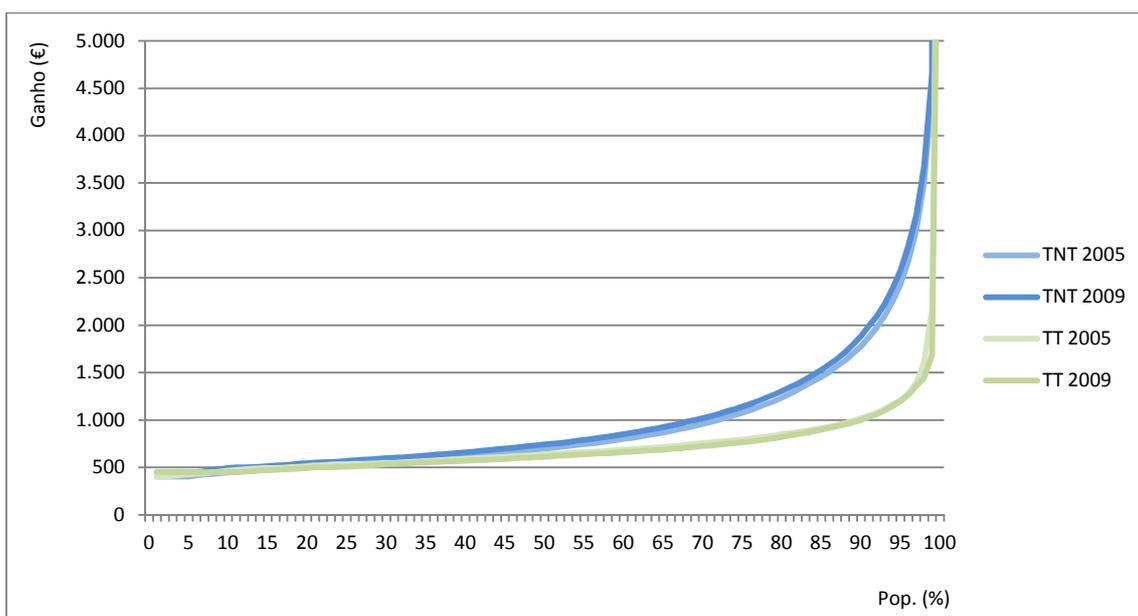


Gráfico 4: Ganho por percentil da distribuição (Curva de quantis), 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).

Identificamos assim que, para os os TNT de 2005, o ganho até ao 4º percentil é correspondente ao RMMG. Os 5% mais pobres tinham um ganho até aos 403,34€. No primeiro quartil observamos valores na ordem dos 529,18€, o ganho mediano é de 698,00€, o percentil 90 tem um ganho até aos 1.778,52€ e o 1% superior da população tem um máximo de ganho de 212.844,88€.

Também para os TNT de 2009 verificamos que o ganho mensal sofre uma compressão na aba esquerda da distribuição e até ao 6º percentil o ganho não ultrapassa o RMMG. É ainda de relevar que o ganho do percentil 25 não é superior a 568,16€, que a mediana se situa nos 743,31€ e que o percentil 90 tem um ganho até aos 1.885,05€. O ganho máximo do percentil superior desta população situava-se nos 208.333,33€.

Torna-se claro no gráfico 4 que o perfil do ganho dos TNT não se alterou substancialmente ao longo do período em análise. Tanto em 2005 como em 2009 há uma compressão da distribuição nos primeiros percentis que está relacionada com o RMMG. No entanto, o ganho de 2009 é ligeiramente mais elevado do que o de 2005, pronunciando-se mais essa diferença entre os percentis 75 e 90. Em ambos os períodos, observamos a presença de rendimentos muito elevados, que claramente se destacam do restante perfil do ganho, o que é coincidente com a teoria dos *Superstars* proposta por Rosen (1981).

O ganho dos TT em 2005 até ao 17º percentil não ultrapassa os 500€. A mediana atinge o valor de 637,60€ e os 1% mais ricos desta população têm ganhos superiores a 2.167,29€, mas não ultrapassam os 9.789,69€.

Em 2009, e para o mesmo grupo de trabalhadores, verifica-se que até ao 10º percentil o ganho corresponde ao RMMG. A mediana era de 612,45€ e os 1% do topo da distribuição têm ganhos superiores a 1.687,50€, não ultrapassando os 8.800,00€.

Também se revelam disparidades entre as diferenças do ganho entre TNT e TT de 2005 e 2009, porque em 2005 os TT auferiam um ganho maior que o apresentado para os TNT até ao percentil 27, perdendo depois para o resto da população. Assim, podemos já inferir que, face aos não temporários com menores salários, os TT tinham, em 2005, vantagem nos ganhos que auferiam, mas que, praticamente a partir do primeiro quartil, estavam em perda.

Esta tendência já não tem expressão em 2009, pois na aba esquerda da distribuição e até ao 6º percentil não há diferenças no ganho das duas distribuições, condição que poderá radicar na já abordada compressão dos primeiros percentis de todas as

distribuições devido ao RMMG. No entanto, e a partir do percentil 6, o ganho dos TNT afasta-se do dos TT, com prejuízo dos últimos. De facto, a diferença nula dos primeiros escalões em 2009 poderá estar relacionada com a subida do RMMG, perdendo-se a vantagem que os TT apresentavam em 2005.

Pode ainda verificar-se que a diferença entre a média e a mediana¹⁶ nos TT é menor do que nos não temporários, o que indicia uma maior dispersão do ganho nos segundos. Este dado pode indicar uma maior desigualdade entre as zonas central e superior da distribuição dos ganhos nos TNT.

Comparando em 2005 o comportamento do ganho por percentil da distribuição entre os TT e TNT (gráfico 4) verificamos perfis de ganho muito díspares.

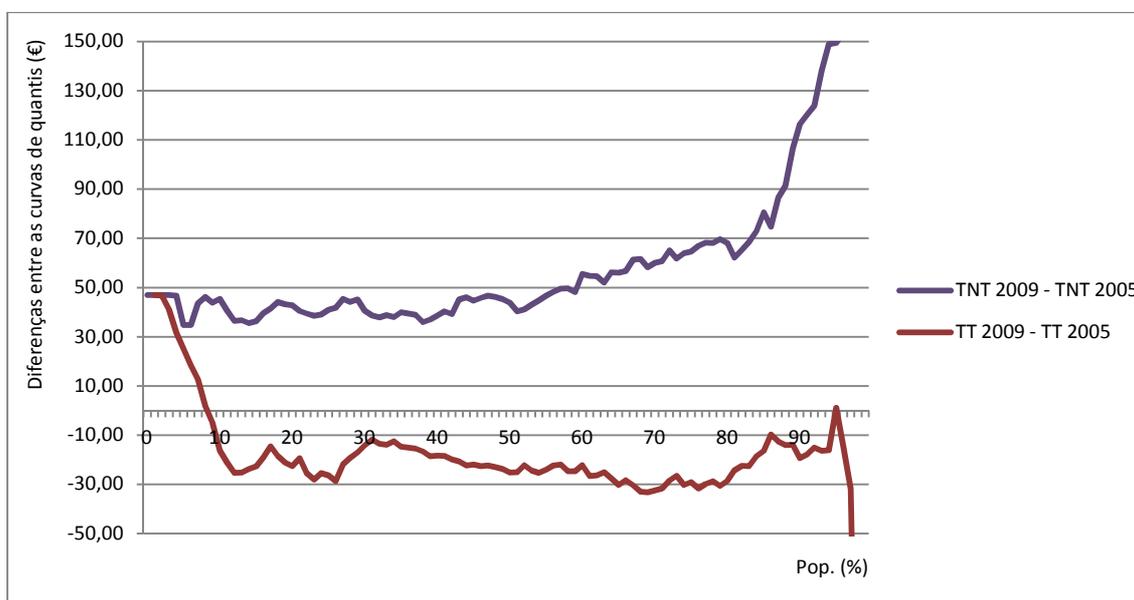


Gráfico 5: Diferenças dos ganhos TNT e TT, 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).

O gráfico 5 permite-nos observar as diferenças do ganho entre os TNT e entre os TT em 2005 e 2009.

Deste modo, verificamos que nos anos em análise ocorreu um incremento real do ganho para quase todos os percentis dos TNT. No entanto, nos TT tal não se observou, pois se até ao 8º percentil houve um aumento do ganho, após esse nível, os TT auferiam menos para todos os percentis, exceptuando o 95. O aumento nos primeiros percentis poderá estar relacionado com o aumento do RMMG e o decréscimo nos restantes escalões poderá significar que os salários dos TT sofreram em 2009 um ajustamento.

¹⁶ Diferenças entre a média e a mediana: TT 2005 = 86,46€, TT 2009 = 76,89€, TNT 2005 = 281,20€, TNT 2009 = 295,27€.

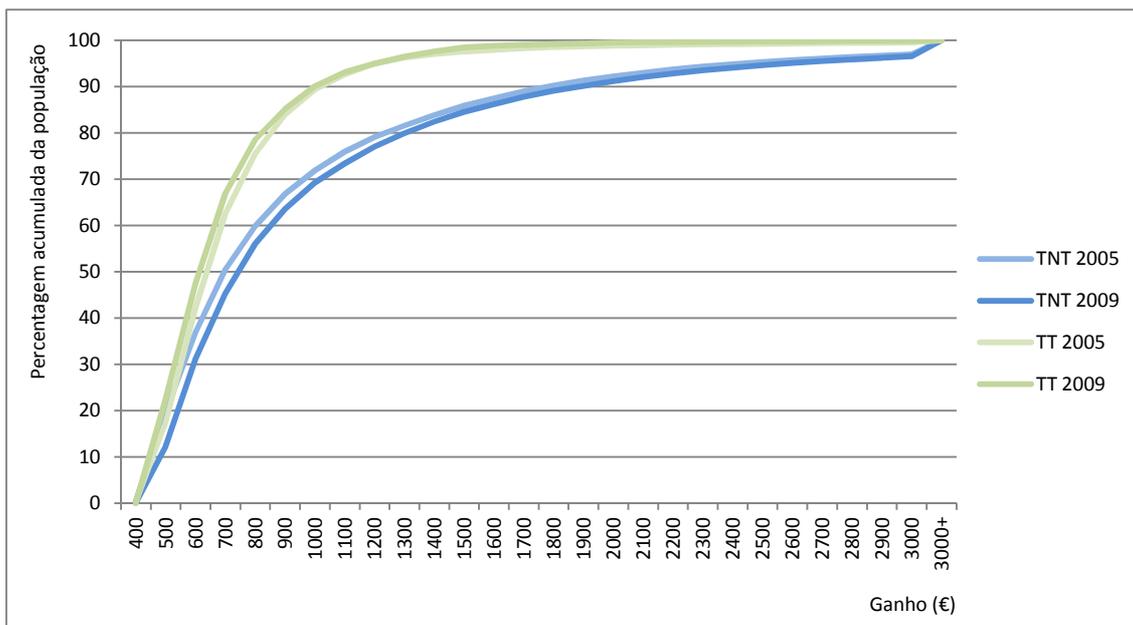


Gráfico 6: Função de distribuição TNT e TT, 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).

Já através da função de distribuição (gráfico 6) do ganho dos TNT e dos TT dos dois períodos, é possível notar que a função de distribuição dos TNT de 2009 apresenta dominância estocástica¹⁷ de primeira ordem relativamente à função de distribuição de 2005. Assim, e visto que a função de distribuição do ganho dos TNT de 2009 cumpre a condição necessária e suficiente de nunca se situar acima e pelo menos em um ponto se situar abaixo da função de distribuição do ganho dos TNT de 2005, podemos afirmar que é mais provável auferir um ganho inferior no período de 2005 do que no período de 2009. Este resultado é concordante com o obtido na análise do ganho por percentil da distribuição (gráfico 4).

Podemos observar, atentando ao gráfico 6, que nenhuma das funções de distribuição dos TT, relativamente aos anos de 2005 e 2009, possui dominância estocástica de primeira ordem relativamente à outra, pois se até aos valores de ganho de 400€ a função de distribuição de 2005 estava acima da de 2009, a situação inverte-se daí em diante. No entanto, quando o ganho ultrapassa os 400€ é mais provável para um TT em 2005 auferir um ganho superior ao que auferiria em 2009, tal como já havíamos concluído através do gráfico 4.

Comparando as funções de distribuição dos TNT e dos TT de 2005, verificamos que não existe dominância de primeira ordem de nenhuma das funções relativamente à outra (gráfico 4). Para valores de ganho até aos 500€ a função dos TNT é superior à

¹⁷ De acordo com Rodrigues (2007) se tivermos duas funções de distribuição $F_A(y)$ e $F_B(y)$, a função de distribuição $F_B(y)$ apresenta dominância estocástica de primeira ordem sobre $F_A(y)$ se se verificar:
 $D_A^1(y) = F_A(y) \geq F_B(y) = D_B^1(y), \forall y$

dos temporários e, a partir desse escalão de ganho, passa a função de distribuição dos TT a ser superior à dos TNT. Não estão, deste modo, reunidas as condições necessárias e suficientes para concluir da dominância da primeira função perante a segunda. Ainda assim, podemos afirmar que, para valores inferiores a 500€, é mais provável um TT auferir um ganho superior a um TNT e que, após esse valor, a condição se inverte.

No entanto, o confronto das funções de distribuição dos TNT e TT em 2009 já nos permite inferir quanto à dominância de uma função relativamente à outra. Visto que a função de distribuição dos TT se encontra sempre acima da função densidade dos TNT, podemos atestar que a segunda apresenta dominância estocástica de primeira ordem face à primeira. Dessa constatação pode retirar-se que a probabilidade de os TNT auferirem um ganho superior aos TT era, em 2009, maior.

Apresentamos de seguida o gráfico das curvas de Lorenz (gráfico 7) das quatro distribuições. Foi ainda construído o gráfico das diferenças entre as ordenadas das curvas de Lorenz das distribuições (gráfico 9, anexo III) para que seja mais fácil e intuitivo observar as relações que as várias combinações de TNT e TT em 2005 e 2009 estabelecem.

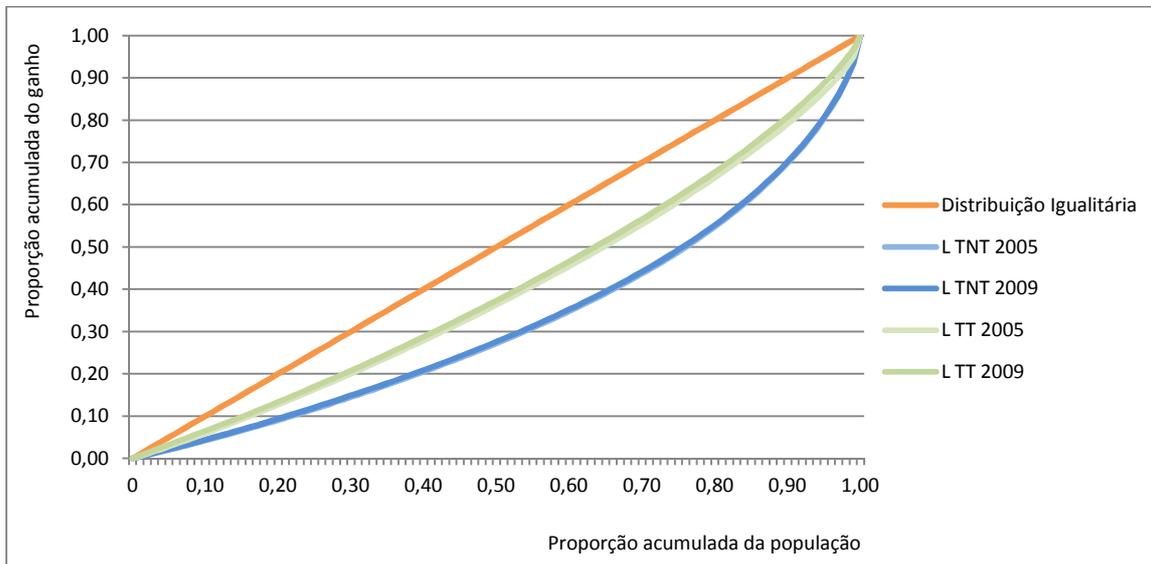


Gráfico 7: Curva de Lorenz do ganho dos TNT e TT, 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).

Os resultados da curva de Lorenz para os ganhos dos TNT (gráfico 7) indicam que a distribuição do ganho de 2009 tem dominância de Lorenz face à distribuição do ganho dos TNT em 2005. Pode-se afirmar esta dominância visto que a curva de Lorenz da distribuição do ganho dos TNT em 2009 cumpre os critérios de ordenação: nunca se situa abaixo da curva de Lorenz da distribuição do ganho dos TNT em 2005 e em

algum ponto se situa acima desta. A verificação desta condição pode também ser observada no gráfico 9 (anexo III), visto que a linha da diferença entre os TNT de 2009 e 2005 nunca toma valores negativos. Deste modo, e segundo Rodrigues (2007) e Jenkins e Van Kerm (2008), podemos concluir que qualquer índice de desigualdade que respeite os princípios de anonimato, que seja homogêneo de grau 0 nos rendimentos e que satisfaça o princípio das transferências, irá assinalar um nível de desigualdade superior na distribuição do ganho dos TNT de 2005. No entanto, essa diferença no nível de desigualdade é reduzida, pois a distância entre as duas curvas é, para toda a distribuição, pouco expressiva (gráfico 9, anexo III).

A mesma dominância de Lorenz (ou dominância estocástica de 2ª ordem) pode ser observada aquando da comparação das curvas de Lorenz do ganho dos TT em 2005 e 2009. Visto que a curva de Lorenz do ganho dos TT em 2009 nunca se situa abaixo e em pelo menos um ponto se situa acima da curva de Lorenz do ganho dos TT em 2005, podemos afirmar que a primeira apresenta dominância de Lorenz sobre a segunda. Assim, também aqui qualquer índice de desigualdade que respeite os critérios anteriormente enunciados assinalará um nível de desigualdade superior na distribuição do ganho dos TT em 2005. De novo, a diferença encontrada nos índices de desigualdade entre estes dois períodos é reduzida. Ainda assim, as assimetrias parecem mais evidentes nos ganhos do último quartil.

A comparação das curvas de Lorenz dos TNT e dos TT em 2005 já apresenta diferenças grandes no que concerne à distribuição do ganho (gráfico 9, anexo III). De facto, existe dominância de Lorenz da distribuição do ganho dos temporários face aos restantes trabalhadores como se pode observar pelo comportamento das duas curvas de Lorenz (gráfico 7). Essa dominância, que indicia uma maior desigualdade na distribuição do ganho dos TNT, está presente com grande expressão em toda a distribuição, atingindo o seu expoente no terceiro quartil.

Também em 2009 a distribuição do ganho dos TT apresenta dominância de Lorenz face à distribuição do ganho dos TNT (gráfico 7). As assimetrias na distribuição de rendimento são bastante mais reduzidas no caso dos TT do que nos TNT, como se comprova pelo afastamento de uma curva em relação à outra e pela aproximação da curva de Lorenz dos TT à linha de perfeita igualdade, que vai ganhando maior expressão logo após os 5% mais pobres das duas populações e que atinge o seu máximo junto do terceiro quartil (gráfico 7). Assim, em 2009, e tal como em 2005, a distribuição do ganho dos TT era menos desigual do que a dos não temporários. Aliás,

em 2009 esta condição ganha ainda mais expressão do que em 2005, pois o afastamento das curvas é maior (gráfico 9, anexo III).

Em resumo, tendo em conta os resultados da análise gráfica, o perfil da distribuição do ganho sofreu alterações, para todos os grupos dos trabalhadores, entre os dois momentos analisados e verificou-se um desgaste do ganho dos temporários, que contribuiu para a diminuição da desigualdade neste grupo.

3.2. Análise dos índices de desigualdade

Para aprofundar a análise da desigualdade do ganho nos trabalhadores não temporários e temporários em 2005 e 2009 apresentamos de seguida índices de desigualdade que nos permitem estabelecer as diferenças que encontramos aquando da observação dos gráficos.

	TCO 2005	TCO 2009	TNT 2005	TNT 2009	TT 2005	TT 2009
P90/P10	3,95	3,81	3,97	3,83	2,19	2,22
P90/P50	2,54	2,53	2,55	2,54	1,60	1,63
P95/P05	6,01	5,71	6,03	5,74	2,82	2,67
S80/S20	4,95	4,76	4,98	4,77	2,65	2,42
S90/S10	7,10	6,74	7,13	6,77	3,55	2,94
S95/S05	9,56	8,93	9,59	8,97	4,71	3,47

Tabela 1: Rácio de percentis e rácio de shares do ganho dos TCO, TNT e TT, 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).

A análise dos rácios dos percentis (tabela 1) possibilita verificar que todas as distribuições seguem a mesma tendência, visto que é menos pronunciada a distância entre o ganho mediano e o ganho do percentil 90, mas é mais evidente a distância dos ganhos mais baixos face aos mais altos. Assim, para os TNT, existiu, ao longo do período, um atenuar da distância do ganho dos mais pobres relativamente ao do topo da distribuição, mas a situação entre o ganho mediano e a aba direita da distribuição manteve-se essencialmente inalterada.

Quanto aos TT podemos observar que o rácio dos percentis se sustentou ao longo do período, apenas havendo uma diferença mais assinalável na comparação do percentil 5 com o percentil 95 que, ao contrário dos restantes rácios para estes trabalhadores, diminuiu, podendo relacionar-se com a subida do RMMG.

Comparando os TNT com os TT registamos que, para todos os rácios, os primeiros apresentam valores mais elevados do que os segundos, o que é consentâneo com a maior concentração do ganho dos TT, verificada anteriormente.

A análise dos rácios dos *shares* S80/S20, S90/S10 e S95/S05 (tabela 1) de ambos os períodos e para os dois grupos de trabalhadores permitem-nos observar que entre 2005 e 2009 houve uma diminuição da desigualdade. No entanto, para ambos os períodos, a desigualdade apresentada pelos TNT é duas a três vezes maior do que a registada para os TT no mesmo período. Verifica-se também que a relação entre os mais pobres e os mais ricos de cada distribuição é menos pronunciada no caso dos TT do que para os outros trabalhadores. Este resultado está ligado à maior concentração dos TT nos escalões mais baixos do ganho e sua rarefacção nos escalões mais elevados, que já havia sido referida aquando da análise dos gráficos das distribuições.

	TCO 2005	TCO 2009	TNT 2005	TNT 2009	$\Delta_{2005-2009}$	TT 2005	TT 2009	$\Delta_{2005-2009}$
Índice de Gini	0,351	0,344	0,352	0,345	0,007	0,208	0,187	0,021
Índice de Entropia Generalizada ($\theta = -1$)	0,191	0,182	0,193	0,183	0,009	0,068	0,053	0,014
Índice de Entropia Generalizada ($\theta = 0$)	0,198	0,190	0,199	0,191	0,008	0,076	0,057	0,019
Índice de Entropia Generalizada ($\theta = 1$)	0,249	0,239	0,250	0,240	0,010	0,100	0,066	0,033
Índice de Entropia Generalizada ($\theta = 2$)	0,500	0,453	0,501	0,454	0,047	0,176	0,087	0,088

Tabela 2: Medidas de desigualdade do ganho dos TCO, TNT e TT, 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).

Os valores apresentados para o índice de Gini (tabela 2) confirmam o que se havia registado através da análise das curvas de Lorenz (gráfico 7), nomeadamente através da dominância de Lorenz que umas distribuições apresentavam relativamente às outras. De facto, entre 2005 e 2009 existiu uma ligeira contracção (0,007) da desigualdade capturada através deste índice nos TNT. No entanto, mesmo em 2009, o valor desta medida de desigualdade é alto e revela uma importante dispersão do ganho nestes trabalhadores.

Relativamente aos TT, verificamos que a distribuição do ganho é mais desigual em 2005 face a 2009. Entre os dois momentos estudados houve uma compressão de 0,021 do índice de Gini, chegando aos 0,187 em 2009. Esta compressão é coincidente com o encontrado na análise das curvas de Lorenz destas populações.

Comparando os valores do índice de Gini dos TNT e dos TT, observamos que a diferença entre a distribuição do ganho é significativa, pois os TNT apresentam sempre valores de desigualdade muito superiores aos dos TT, registando no ano de 2009 uma diferença mais assinalável. Esta constatação é concordante com o resultado do estudo das curvas de Lorenz.

Os índices de Entropia Generalizada (IEG) permitem-nos analisar as alterações ocorridas em distintas áreas da distribuição, pois, de acordo com Cowell e Kuga (1981) e Jenkins e Van Kerm (2008), a diferentes valores de θ correspondem

diferentes sensibilidades deste índice a distintas zonas da distribuição do ganho. Assim, quanto mais negativo for o valor de θ mais sensibilidade tem o IEG a diferenças na aba esquerda da distribuição, da mesma forma que o índice é mais sensível a diferenças no topo da distribuição para valores mais positivos do parâmetro θ .

De facto, e atentando à tabela 2, podemos verificar que os TNT apresentam para todos os θ maiores valores com este índice de desigualdade, o que é coincidente com o encontrado para o índice de Gini e para a análise gráfica das distribuições. Os TNT exibem resultados mais elevados do IEG para valores mais altos do parâmetro θ , o que significa que a desigualdade se faz sentir menos nos rendimentos mais baixos e que é no topo da distribuição que a desigualdade do ganho tem mais intensidade. Muito embora esta desigualdade da distribuição do ganho se registre para os dois períodos analisados, é importante realçar que em 2009 os valores deste índice são menores do que os encontrados para 2005.

Relativamente aos TT, verificamos também uma subida dos valores do IEG que acompanham o aumento do valor de θ , o que significa uma menor desigualdade na distribuição do ganho nos rendimentos mais baixos e uma maior dispersão nos rendimentos mais altos. No entanto, é substancial a diferença entre os dois períodos em análise, pois a desigualdade observada nos rendimentos mais altos nos TT em 2009 é apenas metade da que se verifica em 2005, o que revela existir menos desigualdade salarial no topo da distribuição dos ganhos dos TT em 2009.

A comparação dos indicadores de desigualdade para o conjunto dos trabalhadores por conta de outrem com os dos TNT e TT permitem igualmente constatar que a distribuição do ganho dos trabalhadores temporários induz uma ligeiríssima redução na desigualdade total (0,3 a 0,7% dependendo do ano e do indicador considerado). Utilizando-se as técnicas de decomposição propostas por Cowell e Kuga (1981) é possível ver que o peso da desigualdade dos TT na desigualdade total (medida pelo IEG com $\theta = 0$) é somente de 1,17% em 2005 e de 1,24% em 2009.

Em resumo, houve, entre 2005 e 2009, uma redução da desigualdade em todas as distribuições do ganho analisadas, sendo que a dos TT foi muito inferior à dos TNT, com uma diferença ainda mais relevante em 2009. A desigualdade verificada nas distribuições do ganho foi sempre mais assinalável no topo e mais reduzida na aba esquerda de todas as populações. Este facto ganha mais importância nos TNT, até porque os TT apresentam sempre distribuições do ganho menos desiguais no seu

conjunto. Concluímos ainda que a redução da desigualdade ocorreu principalmente nos rendimentos do topo das distribuições, sendo particularmente visível nos TT.

3.3. Trabalhadores temporários e baixos salários

Os dados apresentados sugerem que o ganho dos TT é mais reduzido do que o dos TNT, verificando-se que os primeiros ocupam com maior predominância a aba esquerda das distribuições. Esta constatação sugere que os TT poderão ser trabalhadores de baixos salários.

Deste modo, e tendo em conta que o ganho mediano dos trabalhadores por conta de outrem era de 696,97€ e 740,59€, para 2005 e 2009 respectivamente, podemos definir a linha dos baixos salários nos 464,65€ e nos 493,73€, respectivamente. Estes valores serão aplicados aos trabalhadores não temporários e temporários, visto que a definição de baixo salário se refere ao conjunto dos trabalhadores.

A percentagem da população com baixos salários em cada distribuição pode ser observada na tabela 3.

	TNT	TT
2005	12,86%	9,82%
2009	10,21%	20,10%

Tabela 3: Percentagem dos TNT e TT com baixos salários, 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).

Verificamos, então, que existiu um decréscimo de 2,65 pontos percentuais na prevalência de TNT com baixos salários entre 2005 e 2009. Esta redução é significativa e é coincidente com o aumento do ganho que encontrámos entre os dois períodos (gráficos 5 e 6).

Pelo contrário, nos TT houve um importante aumento da percentagem de trabalhadores de baixos salários entre os dois momentos da análise, pois se em 2005 se registava uma percentagem de 9,82% de TT com baixos salários, esse valor sobe 10,28 pontos percentuais para os 20,10% em 2009. Aliás, a percentagem de TT com baixos salários em 2005 era menor do que a encontrada para os TNT, mas em 2009 a situação é inversa, com uma diferença de 9,89 pontos percentuais.

Assim, se no caso dos TNT houve uma melhoria da prevalência de baixos salários, nos TT a situação piorou consideravelmente, o que poderá estar relacionado com a subida dos salários dos TNT em 2009, que terá feito subir a mediana, não sendo acompanhada por uma subida tão pronunciada nos TT. Já tínhamos verificado

anteriormente que 10,30% dos TT auferiam em 2009 um ganho correspondente a um RMMG, ou seja, abaixo da linha de baixos salários.

Após analisarmos a percentagem de TNT e TT com baixos salários em 2005 e 2009 importa estudar qual a intensidade dos baixos salários¹⁸, ou seja, a distância média do ganho dos trabalhadores de baixos salários à linha de baixos salários.

Apresentamos de seguida a tabela da intensidade dos baixos salários dos TNT e dos TT para 2005 e 2009. Os dados são mostrados em percentagem para facilitar a sua interpretação.

	TNT	TT
2005	91,18%	91,47%
2009	92,92%	93,27%

Tabela 4: Intensidade de baixos salários dos TNT e TT com baixos salários, 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).

Através da análise da tabela 4 podemos verificar que a intensidade de baixos salários em 2005 era mais acentuada do que em 2009, tanto para os TNT como para os TT. Em 2005 a distância do ganho dos trabalhadores de baixos salários ao limiar era superior a 8,50% nas duas populações, mas em 2009 há uma mitigação da intensidade de baixos salários, com os TNT e os TT a registarem 7,08% e 6,73% de distância ao limiar, respectivamente. A redução da intensidade de baixos salários entre 2005 e 2009 poderá radicar no aumento do RMMG e no aumento do ganho que registámos ter ocorrido entre os dois períodos, pois se em 2005 um trabalhador que auferisse o RMMG estava sujeito a uma intensidade de baixos salários de 86,73%, em 2009 esse valor não ultrapassava os 91,14%.

Se existiram importantes alterações, na ordem dos 1,7%, na redução da intensidade de baixos salários entre 2005 e 2009 para todas as populações estudadas, não ocorreram mudanças significativas nas distâncias da intensidade de baixos salários entre os TNT e os TT, que se mantiveram em cerca de 0,3%.

Podemos concluir que a percentagem de trabalhadores de baixos salários decresceu para os TNT entre os dois períodos, mas subiu acentuadamente para os TT. Se em 2005 os TT com baixos salários representavam apenas 9,82% do total dos TT, esta percentagem subiu para os 20,10% em 2009. Assim, registamos que, em 2009 e face aos TNT, os TT apresentam uma elevada percentagem de trabalhadores de baixos salários. No entanto, a intensidade de baixos salários não se modificou

¹⁸ Estatística adaptada da "intensidade da pobreza" tal como definida por Rodrigues (2007).

substancialmente entre o período analisado para os TNT e TT. Apesar de em 2009 os TT registarem uma muito maior percentagem de trabalhadores com baixos salários, são a população com menos intensidade de baixos salários, distando 6,73% do limiar.

3.4. Trabalhadores temporários, suas características e seus salários

Verificámos que os TT auferem, em média, um ganho inferior aos TNT, concentrando-se mais nos escalões inferiores da distribuição do ganho e tendo uma probabilidade menor de receber um ganho superior aos segundos. Aliás, em 2009, a percentagem de trabalhadores de baixos salários entre os TT era quase o dobro da percentagem de trabalhadores de baixos salários nos TNT (tabela 3). No entanto, em 2005, os TT auferiam, até ao 27º percentil, ganhos superiores aos dos TNT (gráfico 5).

Deste modo, torna-se importante comparar o ganho médio dos TNT e dos TT de ambos os períodos em análise para um conjunto de características observáveis destes trabalhadores, a fim de compreender se existe um prémio ou uma penalização no ganho que possa radicar na condição mais precária dos trabalhadores temporários.

Para tal, foi calculado o ganho médio de todas as distribuições¹⁹ por sexo, escalão etário, nível de qualificação e habilitações.

Quanto ao ganho médio por sexo, podemos afirmar que o sexo feminino recebe, para todas as distribuições, sempre abaixo do sexo masculino. A posição dos TNT, para ambos os sexos e nos dois períodos analisados, é sempre mais favorável do que a dos TT, mas a situação dos TT piora tanto de forma relativa como absoluta em 2009, pois há um aumento do ganho em ambos os sexos nos TNT e uma redução do valor do ganho dos TT face a 2005.

Relativamente ao escalão etário, registamos que, de novo e para todos escalões excepto dos 16-24 anos, os TNT apresentam um ganho médio mais elevado do que os TT e que todas as distribuições vêem o ganho aumentar positivamente com a idade até aos 45-54 anos, mantendo, no essencial, o valor daí em diante. Verificam-se ainda movimentos contrários dos ganhos dos TNT e dos TT, pois se, entre 2005 e 2009, o ganho dos TNT aumenta em todos os escalões etários (excepto nos trabalhadores cujo escalão etário se ignora), no caso dos TT assiste-se a uma diminuição do ganho ao longo do período. No escalão etário dos 16-24 anos e para o ano de 2005, observa-se o contrário da tendência geral, visto que os TT nesse ano e nesse escalão etário

¹⁹ Ganho médio por sexo, escalão etário e qualificação podem ser encontrados na tabela 6, Anexo IV.

apresentam ganhos superiores aos dos TNT. No entanto, esta diferença inverte-se em 2009 e os TT dos 16-24 anos passam a receber um ganho inferior aos TNT.

Analisando o ganho médio das distribuições por nível de qualificação, observamos que este valor, tanto dos TNT como dos TT e para os dois períodos, melhora com o nível de qualificação, excepto no caso dos “Encarregados, Contramestres, Mestres, Chefes de Equipa” que têm um ganho médio sempre abaixo dos “Profissionais Altamente Qualificados”. Tal como nas análises anteriores, os TNT apresentam, para 2005 e 2009, um ganho superior aos TT, com excepção dos “Quadros superiores” e “Quadros médios”, que nos TT em 2005 têm um ganho médio superior aos TNT. Podemos ainda referir que, se entre os dois momentos analisados os TNT melhoram a sua situação, se verifica o contrário nos TT que perdem em todos os níveis de qualificação, exceptuando nos “Praticantes e Aprendizes”, onde se regista uma melhoria do ganho médio dos TT de 2009.

Tendo em conta que Cardoso (1998) considera que entre 1983 e 1992 ocorreram grandes retornos à educação, decidiu-se apresentar a tabela seguinte, onde se podem observar os ganhos médios de todas as distribuições por Habilitações²⁰.

Ganho médio		TCO 2005	TCO 2009	TT 2005	TT 2009
Por habilitações	Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	623,79 €	657,94 €	591,52 €	659,45 €
	Ensino Básico	857,77 €	790,42 €	684,21 €	673,31 €
	Ensino Secundário	1.100,07 €	1.100,86 €	735,47 €	651,12 €
	Bacharelato	1.735,90 €	1.830,51 €	1.080,44 €	821,18 €
	Licenciatura	2.119,76 €	1.958,23 €	1.209,06 €	890,33 €

Tabela 5: Ganho médio dos TNT e TT por Habilitações, 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).

Entre os 25.326 trabalhadores temporários de 2005, e de acordo com os QP 2005, verificamos que 15.204 (60,0%) tinham habilitações ao nível do ensino básico, 7.167 (28,3%) completaram o ensino secundário e 1.581 (6,24%) tinham formação superior. Já em 2009 (QP, 2009), dos 23.371 trabalhadores temporários analisados neste estudo, 15.512 tinham o ensino básico (56,67%), 7.997 (29,2%) detinham o ensino secundário e 2.052 (7,5%) haviam frequentado o ensino superior. As percentagens da

²⁰ Os escalões das Habilitações dos Quadros do Pessoal alteraram-se entre 2005 e 2009, pelo que na tabela que exibimos apenas apresentamos os escalões que considerámos comparáveis.

população por habilitações dos trabalhadores temporários acompanham as dos temporários.

Assim, e para todas as distribuições, podemos verificar que o ganho médio se altera positivamente com o aumento das habilitações dos trabalhadores, excepto para os TT que em ambos os períodos apresentam um ganho médio superior para os trabalhadores com o “Ensino Básico” completo relativamente aos trabalhadores que haviam concluído o “Ensino Secundário”. De facto, e como seria de esperar, o aumento da escolaridade reflecte-se no ganho médio que os trabalhadores auferem.

Para as mesmas habilitações, registamos que os TT de ambos os períodos exibem valores médios de ganho inferiores aos dos TNT, com a excepção dos TT que em 2009 e no primeiro escalão das habilitações auferem um ganho médio acima dos TNT em situação semelhante.

Tanto para os TNT como para os TT observa-se, entre os dois momentos da análise e interrompendo a tendência definida pelos outros níveis de habilitação, um decréscimo do ganho médio dos trabalhadores com habilitações ao nível da “Licenciatura”. Este decréscimo, mais acentuado nos TT, revela uma perda dos retornos para este nível de habilitações.

Deste modo, a comparação do ganho médio dos TNT e dos TT para este conjunto de características observáveis indicia que a precariedade laboral a que os TT estão sujeitos tem influência sobre o menor ganho médio que estes trabalhadores apresentam face aos TNT, visto que, para características como o sexo, o escalão etário, as qualificações e as habilitações, os TT apresentam consistentemente um ganho médio mais reduzido do que os TNT na mesma situação. Ou seja, a falta de estabilidade contratual não vem acompanhada por um prémio pecuniário, mas antes por uma penalização no ganho médio destes trabalhadores.

4. CONCLUSÕES

Trabalhos anteriores, como Cardoso (1998), Banco de Portugal (2009), Atkinson (2008) e Rodrigues (2007 e 2011), concluíram que Portugal é um país desigual quanto à distribuição da riqueza e dos rendimentos do trabalho e os resultados desta investigação validam essa tese.

Nesta pesquisa verificámos que existe uma grande concentração da população nos primeiros escalões do rendimento, que são também aqueles onde se concentra menos o ganho. Os trabalhadores temporários estão mais centralizados na aba esquerda e menos presentes nos escalões mais altos do ganho, face aos trabalhadores não temporários.

Observou-se um aumento do ganho nos trabalhadores não temporários ao longo do período em análise, mas esse incremento não teve reflexo no ganho dos trabalhadores temporários, que aliás, e à excepção dos que estão posicionados até ao 8º percentil e que foram afectados pelo aumento do RMMG, auferiram um ganho menor em 2009, verificando-se ainda uma enorme erosão do ganho dos trabalhadores temporários e conseqüente deslocamento para a aba esquerda da distribuição.

De facto, se a subida do RMMG de 403,03€ para 450,00€ teve impacto em todas as distribuições, este aumento fez-se sentir com particular incidência nos trabalhadores temporários que viram crescer a população que recebia até ao limite do RMMG cerca de 643,75%.

Keynes (1936) defendia que os salários dos trabalhadores exibem uma característica inércia relativamente ao estado da economia e, de facto, para os trabalhadores não temporários verificámos que em 2009 não ocorreu um decréscimo do salário²¹ tendo em conta a crise que já se fazia sentir desde 2008. No entanto, e visto que os trabalhadores temporários negociam os seus contratos, e logo os seus salários, mais frequentemente, o salário dos trabalhadores mais precários poderá acompanhar mais facilmente as condições económicas, o que possivelmente explica a enorme perda que se verificou nos seus ganhos de 2009 face a 2005.

²¹ Em 2009 o Governo aprovou, através do Orçamento de Estado, aumentos reais dos salários dos funcionários públicos, o que, muito embora os QP não nos permitam observar o ganho dos funcionários públicos, poderá ter tido reflexos no ganho de 2009 da economia privada, cujos salários apresentaram um aumento nominal de 3,3%, apesar da inflação registada ter sido de -0,9% (Banco de Portugal, 2010).

Quanto à desigualdade da distribuição do ganho destas populações, o resultado da análise das curvas de Lorenz e do Índice de Gini permite-nos inferir que os trabalhadores não temporários apresentam sempre desigualdades mais altas do que os trabalhadores temporários, o que é compatível com a maior concentração dos segundos nos escalões mais baixos do ganho. Registou-se ainda uma melhoria da desigualdade entre 2005 e 2009 para todas as distribuições.

Também os resultados do Índice de Entropia Generalizada nos fazem concluir sobre a melhoria da desigualdade entre os dois períodos em análise, indicando-nos ainda que essa melhoria terá explicação nas alterações ocorridas na parte superior das distribuições, com mais incidência nos trabalhadores temporários.

A decomposição do Índice de Entropia Generalizada de ambos os anos confirmou que os trabalhadores temporários contribuem para a ligeiríssima diminuição da desigualdade do total dos trabalhadores por conta de outrem.

A concentração dos trabalhadores temporários na aba esquerda da distribuição do ganho levantou a suspeita de que estes trabalhadores pudessem apresentar uma maior incidência de baixos salários. De facto, e apesar de em 2005 os trabalhadores temporários não apresentarem uma ocorrência de baixos salários tão alta como os trabalhadores não temporários, em 2009 há uma subida muito expressiva da percentagem de trabalhadores temporários com baixos salários, não acompanhada pelos não temporários que, aliás, melhoraram sensivelmente a sua situação. No entanto, a intensidade de baixos salários, que para os trabalhadores não temporários não se modificou substancialmente, nos temporários apresentou uma melhoria.

Os trabalhadores não temporários apresentaram ganhos médios superiores relativamente ao sexo, à idade, ao nível de qualificação e habilitações, e o diferencial de ganho entre estes trabalhadores e os temporários é compatível com o encontrado por Boheim e Cardoso (2007).

Assim, para o período avaliado, a perda de rendimentos dos trabalhadores temporários, quer em termos absolutos, quer em comparação com os trabalhadores não temporários - com elevada concentração nos rendimentos mais baixos e a erosão consistente dos efectivos pertencentes aos decis de ganho médios e superiores e com o aumento acentuado (10,28 pontos percentuais) do número de trabalhadores temporários com baixos salários - encontra explicação na condição precária destes trabalhadores. A sua vulnerabilidade na negociação e o facto de serem, pelas características dos contratos de trabalho a que estão sujeitos, forçados

frequentemente à revisão das suas condições salariais, contribui de forma decisiva para a degradação do ganho e justifica o não acompanhamento da evolução nos ganhos dos trabalhadores não temporários, considerando o mesmo período.

Se os diferenciais de ganho que foram expostos impedirem os trabalhadores temporários de investir nas suas habilitações e a precariedade laboral a que estão sujeitos não lhes permitir adquirir o capital humano específico para evoluir no mundo do trabalho, teme-se que os diferenciais não actuem como incentivo mas antes como um beco sem saída, com reflexo no conjunto da sociedade (Fishman e Simhon, 2002).

Finalmente, sugerimos estudos complementares do tipo longitudinal que acompanhem o percurso e o ganho dos trabalhadores temporários, nomeadamente no que concerne à sua mobilidade entre o trabalho temporário e não temporário, apoiando-se em dados, como inquéritos extensivos, que permitam alargar a representatividade destes trabalhadores.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, J. L. (1999) Desigualdades salariais e trabalhadores de baixos salários, *Sociedade e Trabalho*, n.º 4, Portugal, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento, Ministério do Trabalho e Solidariedade.

Amuedo-Dorantes, C. (2000) Work transitions into and out of involuntary temporary employment in a segmented market: evidence from Spain, *Industrial and Labor Relations Review*, vol. **53** (2), Cornell University, pp. 309-325.

Atkinson, A. B. (2008) *The changing distribution of earnings in OECD countries*, United Kingdom, Oxford University Press.

Banco de Portugal (2009) *Relatório do Conselho de Administração 2008*, Portugal, pp. 111-114.

Banco de Portugal (2010) *Relatório do Conselho de Administração 2009*, Portugal, pp. 32.

Banco de Portugal (2011) *Relatório do Conselho de Administração 2010*, Portugal, pp. 128-136.

Bentolila, S. e J.J. Dolado (1994) Labour flexibility and wages: lessons from Spain, *Economic Policy*, vol. **9** (18), pp. 53-99.

Blanchard, O. e F. Giavazzi (2000) *Macroeconomic effects of regulation and deregulation in goods and labor markets*, Massachusetts Institute of Technology, Department of Economics.

Boheim, R. e A. R. Cardoso (2007) Temporary help services employment in Portugal, 1995-2000, Austria, *NBER Conference on Labor Market Intermediation*, Department of economics, Johannes Kepler University Linz.

Booth, A L., M. Francesconi e J. Frank (2002) Temporary Jobs: Stepping Stones Or Dead Ends?, *The Economic Journal*, n.º 112, Oxford, Royal Economic Society, pp. 189-213.

- Brown, C. (1980) Equalizing differences in the labor market, *The Quarterly Journal of Economics*.
- Burniaux, J. e T. Dans (1998) *Income distribution and poverty in selected OECD countries*, Economics Department OECD.
- Cardoso, A. R. (1998) Earnings inequality in Portugal: high and rising?, *Review of Income and Wealth*, series **44(3)**.
- Cardoso, A. R. (1999) Firms' wage policies and the rise in labor market inequality: the case of Portugal, *Industrial and Labor Relations Review*, vol. **53(1)**.
- Cardoso, A. R., R. Sousa, V. Castro e P. Ferreira (2000) *Perfil do trabalhador e da empresa de baixos salários em Portugal*, Portugal, Universidade do Minho.
- Cowell, F. A. (1998) *Measurement of Inequality*, London, London School of Economics and Political Science.
- Cowell, F. A. (2009) *Measuring Inequality*, Oxford, Oxford University Press.
- Cowell, F. A. e K. Kuga (1981) Inequality Measurement: An Axiomatic Approach, *European Economic Review*, **15(3)**, pp. 153-156.
- Ehrenberg, R. G. e R. S. Smith (2006) *Modern Labor Economics: theory and public policy*, ninth edition, New York, Pearson Education.
- Espejo, I. G. e M. I. Pascual (2007) Los trabajadores pobres y los bajos salarios en España: un análisis de los factores familiares y laborales asociados a las distintas situaciones de pobreza, *Empiria, Reviste de Metodología de Ciências Sociais*, n.º 14, Espanha, pp. 41-67.
- Estanque, E. (2005) *Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.
- Fields, G. S. (2003) Accounting for income inequality and its change: A new method with application to the distribution of earnings in the United States, *Research in Labor Economics*, vol. **2**, Oxford, pp. 1-38.
- Fishman, A. e A. Simhon (2002) The division of labor, inequality and growth, *Journal of Economic Growth*, vol. **7**, Israel, pp. 117-136.
- Foster, J., e A. Sen (1996) *On Economic Inequality*, Oxford, Clarendon Press.

Gabinete de Estudos e Planeamento (2009) *Estudo sobre a estrutura e distribuição das remunerações – explicar a desigualdade salarial em Portugal*, Coleção Cognitum, n.º 31, Portugal, Gabinete de Estudos e Planeamento – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Houseman, S. N. (2001) Why employers use flexible staffing arrangements: evidence from a establishment survey, *Industrial and Labor Relations Review*, vol. **55(1)**, W. E. Upjohn Institute, pp. 149-170.

Jenkins, S. P. e P. Van Kerm (2009) The measurement of economic inequality, *The Oxford Handbook of Economic Inequality*, Oxford, Oxford University Press, pp. 40-67.

Kalleberg, A. L. (2000) Nonstandard employment relations: part-time, temporary and contract work, *Annual Review of Sociology*, vol. **26**, pp. 341-365.

Keynes, J. M. (1936) *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Project Gutenberg of Australia (Internet). Disponível em <http://gutenberg.net.au> (Consult. 20 de Agosto de 2011).

Lei n.º 7/2009. D.R. I Série. 30 (09-02-12) 926.

Lucifora, C. (1998) *Wage inequalities and low pay: the role of labour market institutions*, Itália, Università degli Studi di Palermo.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2010) *OECD Economic Surveys: Portugal*.

Rodrigues, C. F. (1999) *Pobreza e Exclusão Social*, Portugal.

Rodrigues, C. F. (2007) *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza: Portugal nos anos 90*, II série, n.º 5, Coleção económicas, Portugal, Almedina, pp. 121-250.

Rodrigues, C. F., R. Figueiras e V. Junqueira (2011), *Desigualdade em Portugal*, Portugal, Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp. 8-36.

Rosen, S. (1981) The Economics of Superstars, *The American Economic Review*, vol. **71(5)**, pp. 845-858.

Rosen, S. (1986) The theory of equalizing differences, *Handbook of labor economics*, vol. **I**, Elsevier Science Publishers.

Segal, L. M. e D. G. Sullivan (1997) The growth of temporary services work, *The Journal of Economic Perspectives*, vol. **11(2)**, pp. 117-136.

Sen, A. (1992) *Inequality Reexamined*, Oxford, Oxford University Press.

Silva, J. C., M. Portela e C. Sá (2007) Nota introdutória, *Quadros de Pessoal e Investigação em Economia*, Cadernos Sociedade e Trabalho, vol. **IX**, Lisboa, Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, pp. 3-6.

Thébaud-Mony, A. e G. Druck (2007) Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil, *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*, São Paulo, Boitempo, pp. 23-58.

Welch, F. (1999) In defense of inequality, *American Economic Review*, vol. **2(89)**, pp. 1-17.

6. ANEXOS

Anexo I

Do ponto de vista da análise gráfica da desigualdade salarial, conforme preconizada por Atkinson (1970), Foster e Pen (1996), Cowell (1998, 2009), Jenkins e Van Kerm (2006) e Rodrigues (2007), que nos permite mapear a distribuição dos salários, utilizamos no presente trabalho as seguintes técnicas:

- Parada de Pen ou Curva de Quantis, em que a população é ordenada de forma ascendente e a sua “altura” no gráfico corresponde ao seu rendimento. Esta representação gráfica permite-nos um “perfil dos rendimentos” da população, oferecendo uma boa visão do desenho nas margens da distribuição, é construída através da função quantil [$Q(p) = F^{-1}(p)$], e permite que se verifique graficamente, e para uma dada proporção (p) da população, o nível de rendimento.
- Função de distribuição [$F(y)$], função não decrescente que nos dá a frequência cumulativa do rendimento (y), indicando-nos, para qualquer dado rendimento, a proporção da população que auferiu um rendimento menor ou igual a esse valor.
- Função densidade [$f(y)$]. Este histograma da distribuição de frequências, permite atentar aos rendimentos medianos com mais detalhe, mas não mostra tão detalhadamente o que se passa nas margens da distribuição. É, por vezes, mais intuitivo trabalhar com a função densidade do que com a função distribuição. Quando necessário, e a fim de destacar os rendimentos das margens da distribuição, alguns autores propõem que se realize uma transformação logarítmica dos rendimentos (y).
- Curva de Lorenz, introduzida em 1905, é especialmente útil para compreender a distribuição da riqueza e para a comparar com uma distribuição perfeitamente equitativa. É muito usada por estar estreitamente ligada ao índice de Gini. Nesta representação gráfica, cruza-se a proporção dos

rendimentos com a proporção da população. A Curva de Lorenz pode ser calculada através da seguinte expressão:

$$L(p) = \frac{1}{\mu} \int_0^p F^{-1}(y) dy$$

Já no que toca aos índices de desigualdade, nesta investigação utilizamos alguns dos índices positivos, que se baseiam em medidas de dispersão em torno de valores de referência, tomando em conta o explanado nos trabalhos de Atkinson (1970), Foster e Pen (1996), Cowell (1998, 2009), Jenkins e Van Kerm (2006) e Rodrigues (2007):

- Rácio de Quantis, a fim de compreendermos as relações entre as populações que se encontram em diferentes níveis de rendimento dos trabalhadores temporários e destes face aos restantes trabalhadores, utilizaram-se os Rácios de Quantis mais comuns, como: (P90/P10), (P90/P50) e (P95/P05). Deste modo pode realizar-se a análise da evolução da desigualdade em diversas partes da distribuição. Genericamente, o cálculo do Rácio de Quantis pode ser apresentado pela seguinte expressão:

$$RQ = \frac{Q(p2)}{Q(p1)}$$

- Rácio de *shares*, permite-nos contrapor a proporção do ganho auferido por uma parte da população relativamente a outra parte da população. Os Rácios de *shares* que utilizámos neste trabalho foram (S95/S05), (S90/S10) e (S80/S20). Esta medida de desigualdade, muito utilizada nas comparações entre países da União Europeia, pode ser calculada através de:

$$RS = \frac{S(p2)}{S(p1)}$$

- Coeficiente de Gini (G), definido como a diferença média entre todos os pares de rendimentos da população, expresso como uma proporção do rendimento total, é uma das ferramentas mais comuns no estudo das desigualdades do rendimento. O índice de Gini pode variar entre 0, que corresponde a uma situação de perfeita igualdade, e 1, quando a distribuição é perfeitamente desigual. Como já foi referido anteriormente, este índice de desigualdade está intimamente ligado à Curva de Lorenz, visto que pode ser calculado como a fracção da área compreendida entre a Curva de Lorenz e a linha de perfeita

igualdade e a área entre a linha de perfeita igualdade e de perfeita desigualdade. Também pode ser calculado utilizando a seguinte expressão:

$$G = \frac{1}{2n^2 \bar{y}} \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n |y_i - y_j|$$

- Índice de Entropia Generalizada (E_θ), esta medida de desigualdade é forte quanto ao princípio das transferências, é decomponível e é independente quanto à escala de rendimentos. O (θ), que pode variar entre θ e $+\infty$, é o ponderador da distância entre rendimentos de diferentes partes da distribuição; quando assume valores pequenos, (θ) é mais sensível a mudanças nos rendimentos mais baixos da população, e quando toma valores elevados é mais sensível a alterações na parte direita da distribuição. Neste trabalho, usamos ($\theta = -1, 0, 1$ e 2), porque, para esses valores, o índice de Entropia Generalizada torna-se equivalente ao desvio médio logarítmico, ao Índice de Theil e a metade do coeficiente de variação, respectivamente. Para além disso, este índice de desigualdade está relacionado com o índice de Atkinson, pois para cada valor do parâmetro de aversão à desigualdade (ε) que o índice de Atkinson usa existe um índice de Entropia Generalizada E_θ com um $\theta = 1 - \varepsilon$ que ordena o mesmo par de distribuições da mesma maneira. Esta medida de desigualdade pode ser calculada da seguinte forma:

$$E_\theta = \frac{1}{\theta^2 - \theta} \left[\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left[\frac{y_i}{\bar{y}} \right]^\theta - 1 \right], \theta \neq 0, 1$$

A intensidade dos baixos salários foi calculada da seguinte forma:

$$\int_0^{\tilde{y}} \left[\frac{y - \tilde{y}}{\tilde{y}} \right] f(y) dy$$

Onde \tilde{y} representa a linha dos baixos salários e y representa o ganho dos trabalhadores abaixo da linha de baixos salários.

Anexo II

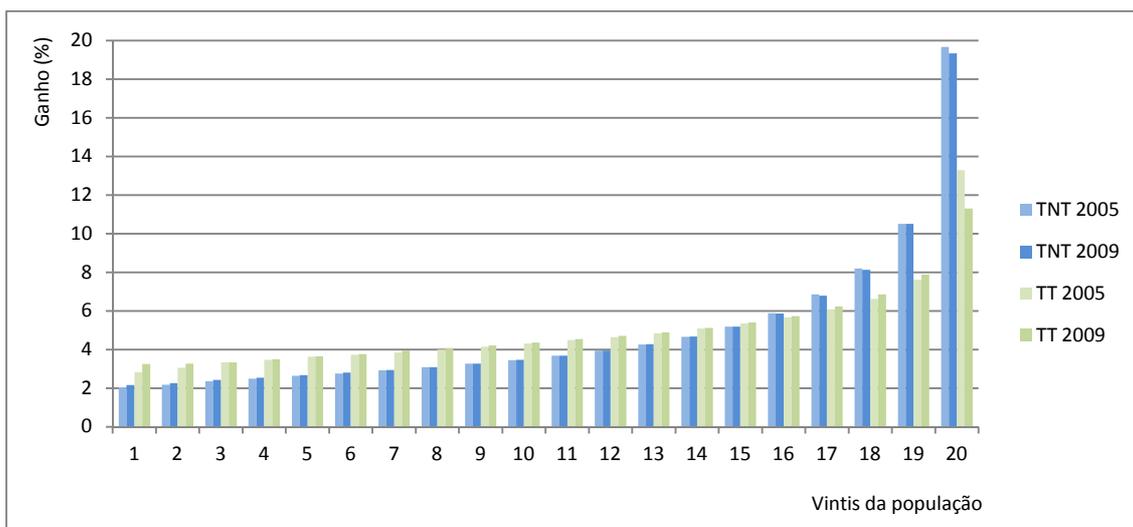


Gráfico 8: Proporção do ganho dos TNT e TT por vintil da população, 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).

No gráfico 8 podemos ver a proporção do ganho dos TNT e dos TT em cada um dos vintis dessa população, ordenados pelo ganho.

Podemos observar que o primeiro vintil, correspondente aos 5% dos TNT com menor ganho, detém apenas 2,1% do ganho total, da mesma forma que os dois primeiros vintis conjugados não retêm 5% do ganho total da população (4,2%). Inversamente, podemos verificar que na aba direita da distribuição, os 10% mais ricos recebem 30,2% do total de ganho dos TNT e os 5% concentram em si 19,7%, o que denota uma grande centralização do ganho nos vintis superiores. Assim, os 5% mais ricos têm um ganho 9,38 vezes superior aos 5% mais pobres dos trabalhadores não temporários.

A situação não sofreu alterações relevantes no decorrer dos 4 anos do período em análise. De facto, o primeiro vintil apenas concentra 2,2% do ganho total e o último vintil concentra 19,3%, ambos os valores muito próximos do observado para 2005. Para os restantes vintis da população a condição manteve-se essencialmente inalterada.

Quanto à proporção do ganho por vintil dos TT de 2005 observamos que os primeiros 5% da população apenas auferem 2,8% do ganho total deste grupo de trabalhadores. Quanto aos 5% mais ricos, podemos verificar que retêm 13,3% do ganho. Assim, o último vintil tem um ganho 4,75 vezes superior ao primeiro vintil. A proporção do ganho por vintil dos TT de 2009 acompanha os resultados do período anterior analisado, com o vintil mais pobre a concentrar 3,3% do ganho total e com o vintil mais elevado a

contrair 11,3%. É interessante verificar que, entre os dois períodos, os vintis da aba esquerda da distribuição aumentaram ligeiramente a percentagem de ganho e que o último vintil perdeu 2 pontos percentuais entre 2005 e 2009.

Anexo III

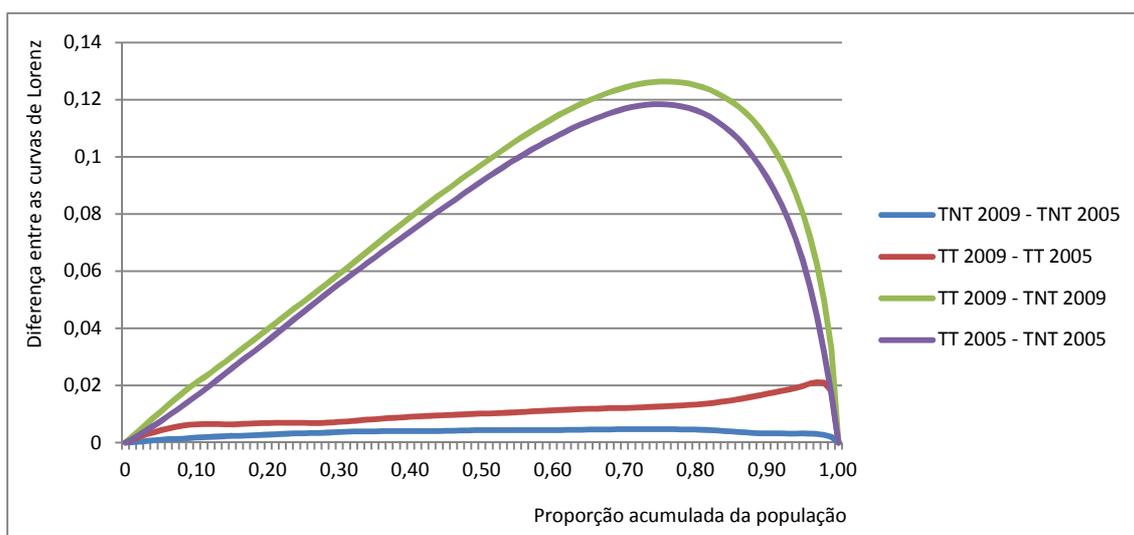


Gráfico 2: Diferenças entre as ordenadas das Curvas de Lorenz dos TNT e TT, 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).

Anexo IV

Ganho Médio					
		TNT 2005	TNT 2009	TT 2005	TT 2009
Por sexo	Masculino	1.083,60 €	1.144,42 €	752,89 €	718,31 €
	Feminino	836,55 €	902,34 €	677,40 €	648,52 €
Por escalão etário	16-24 anos	618,03 €	665,27 €	644,77 €	625,80 €
	25-34 anos	910,03 €	941,48 €	730,61 €	696,66 €
	35-44 anos	1.042,73 €	1.113,17 €	741,97 €	705,23 €
	45-54 anos	1.126,04 €	1.147,54 €	769,90 €	715,27 €
	55-64 anos	1.154,36 €	1.187,11 €	886,46 €	783,07 €
	65+ anos	1.128,84 €	1.211,98 €	780,39 €	769,28 €
	Ignorado	1.068,94 €	922,76 €	706,20 €	639,11 €
Por nível de qualificação	Quadros superiores	2.603,16 €	2.487,14 €	3.033,32 €	1.474,88 €
	Quadros médios	1.745,87 €	1.761,90 €	1.982,01 €	1.261,97 €
	Encarregados, Contramestres, Mestres, Chefes de equipa	1.279,81 €	1.334,06 €	708,14 €	862,95 €
	Profissionais Altamente Qualificados	1.443,81 €	1.421,10 €	1.350,76 €	1.039,72 €
	Profissionais Qualificados	815,19 €	846,74 €	795,62 €	749,13 €
	Profissionais Semiqualeificados	661,15 €	691,51 €	683,28 €	604,54 €
	Profissionais não qualificados	579,19 €	615,53 €	551,53 €	582,70 €
	Praticantes e Aprendizizes	538,75 €	590,18 €	621,91 €	642,09 €
Ignorado	852,34 €	880,94 €	700,17 €	697,09 €	

Tabela 6: Ganho médio dos TNT e TT por sexo, escalão etário e nível de qualificação, 2005 e 2009. Fonte: QP 2005 e 2009 (cálculos do autor).